

Doutrina

[EL AMICUS CURIAE EN EL DERECHO CONSTITUCIONAL ARGENTINO](#)

Miguel Angel Ekmekdjian

[LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PENAS CRUÉIS](#)

Péricles Prade

[HOMENAGEM A GERALDO ATALIBA](#)

Roque Antonio Carrazza

[O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE EM APOIO À LEGALIDADE](#)

Maria Paula Dallari Bucci

[MEDIDA PROVISÓRIA COMO MECANISMO DE VEICULAÇÃO DA LEI TEMPORÁRIA](#)

J. E. Carreira Alvim

[REPRESSÃO ÀS INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA](#)

Celso Ribeiro Bastos

[FRANCHISING E LICENCIAMENTO](#)

Walter Douglas Stuber e Maria Cecilia Semionato

[GARANTIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DA SOCIEDADE](#)

Alexandre de Moraes

[SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO: ofensa ao princípio e estado democrático de direito, devido à não-regulamentação de dispositivos constitucionais](#)

João Alfredo Mussolino de Freitas

DOCENTE APOSENTADO - ACUMULAÇÃO COM OUTRA FUNÇÃO OU CARGO DOCENTE PROCESSO SELETIVO - CONCURSO PÚBLICO RESOLUÇÃO N. 3.312/86 - ALTERAÇÃO.

Ana Maria Cruz de Moraes e Maria Tereza Dutra Carrijo

REQUISITOS NO EXERCÍCIO DA AÇÃO POPULAR

André Ramos Tavares e Guilherme Amorim Campos da Silva

O REFERENDO NO BRASIL, ITÁLIA E SUÍÇA: uma análise comparativa

Adrian Sgarbi

A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NO DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL BRASILEIRO

Edson José da Fonseca

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E O REGULAMENTO NO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Marilene Talarico Martins Rodrigues

QUESTÕES DO EFEITO VINCULANTE

Saulo Ramos

TENDÊNCIAS ATUAIS DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

Raul Machado Horta

AS NORMAS PROGRAMÁTICAS "UMA ANÁLISE POLÍTICO-CONSTITUCIONAL"

Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos

IGUALDADE: extensão constitucional

Elke Mendes Cunha e Vera Bolcioni Frisoni

A CONTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES ESPORTIVAS PARA A PREVIDÊNCIA - CONVIVÊNCIA DOS REGIMES DA LEI ESPECIAL (LEI 5.939/73) NÃO REVOGADA COM A LEI GERAL (8.212/91) - O PRINCÍPIO DA EQUIVALÊNCIA TRIBUTÁRIA.

Ives Gandra da Silva Martins

PODER CONSTITUINTE DECORRENTE E AUTONOMIA DO ESTADO-MEMBRO NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Betina Treiger Grupenmacher

A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

Haydée Antunes Carlini

O CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL CONTRÁRIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Patricia Saito

O CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL CONTRÁRIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Patricia Saito

Jurisprudência

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

AFRMM. CONSTITUCIONALIDADE. Lei complementar - Desnecessidade - Isenção - Ministério das Relações Exteriores.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

SERVIDOR PÚBLICO - Reposicionamento funcional autorizado pela Exposição de Motivos n. 77/85-DASP - Extensão, em decorrência da nova ordem constitucional, a servidor aposentado - Legitimidade - Pessoal marítimo - Servidor jubilado antes de 29 de agosto de 1986 - Incidência retroativa do dispositivo no artigo 2.º da Lei 7.531/86 - Impossibilidade.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

MANDADO DE SEGURANÇA AJUIZADO EM 1.º GRAU CONTRA O PRESIDENTE DA TELEMIG PARA COMPELIR A EMPRESA A READMITIR SERVIDORES BENEFICIADOS PELA ANISTIA DA LEI 8.878/94 - Incompetência absoluta do Juízo Federal (arts. 114 da CF/88 e 2.º da Lei 1.533/51) - Segurança concedida para cassação da liminar de 1.º Grau.

Supremo Tribunal Federal

IMPOSTO DE RENDA – Consonância do art. 35 da Lei 7.713/1988 com a Carta Magna – Inocorrência – Dispositivo que, ao desprezar a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica como fato gerador, cria nova hipótese de incidência – Lei complementar que,

además, representa instrumento adecuado para constituição de fato gerador e base de cálculo dos tributos previstos na Carta Federal – Inteligência do art. 146, III, a, da CF/1988.

Supremo Tribunal Federal

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - Liberação de recursos orçamentários (CF, art. 168) - Impetração por entidade de classe (Associação de Magistrados) - Inadmissibilidade - Prerrogativa de poder - Garantia instrumental da autonomia financeira do Poder Judiciário - Writ coletivo - Defesa de direitos e não de simples interesses - Ilegitimidade ativa Ad causam da Associação de Magistrados - Extinção do processo sem julgamento de mérito.
